

A DECISÃO PELA VIDA INTELECTUAL

Victor Melo Matos

Sócrates, Aristóteles, Shakespeare, Isaac Newton, Hipócrates, Pessoa, Michelangelo, Einstein. Nomes desse calibre ressoam ao brasileiro médio quase que como mitos urbanos, não raramente sacados do bolso quando se deseja reanimar a fé na espécie humana – sobretudo em períodos de escassez de inteligência. Referências populares a ícones da cultura universal são costumeiramente usadas para fins terapêuticos, e quase mágicos: afinal, é reconfortante poder acreditar que, de tempos em tempos, surgirão espontaneamente, no húmus da história, os indivíduos capazes de suprir a ausência dos antigos mestres, e cujo legado imorredouro abasteceu o espírito de gerações a fio. Como bons meninos, aguardamos então, esperançosos, o dia em que o cajado troque de mão.

A situação descrita é sintomática. É claro que a crença popular (e jamais



BRAGATEPI

explicitamente assumida) no retorno cíclico dos “heróis de uma cultura” possui uma estrutura tipicamente mítica, com duas graves implicações educacionais: (1) ficamos aprisionados na condição de meros coadjuvantes ou figurantes da história intelectual de um povo, que sucumbe à espera do novo “messias cerebral”; e (2) habituamos a admirar a inteligência de forma envergonhada, a uma distância ‘segura’ e considerável. O fato é que, olhando de tão longe e com tal cerimônia, o aprendizado que seria possível está implicitamente sendo renegado. Quando grandes virtuosos são transformados em astros longínquos ou em amuletos encantados, tendemos a uma certeza paralisante: a de que jamais poderíamos alcançá-los. E não suficiente, também os reduzimos a estereótipos nos quais, uma vez trancafiados, perde-se para sempre a chave de acesso. Em Leonardo da Vinci, encontramos um perfeito exemplo dessa distorção: quando convertido em lenda urbana, fingimos conhecê-lo. O mestre renascentista, que em situação natural deveria ser uma ponte para o conhecimento, na caricatura de que foi vítima, ao contrário, parece fazer o papel de obstáculo.

O distanciamento mítico apenas nubla uma possível e desejável intimidade. Leonardo, a propósito, era alguém cheio de defeitos, como qualquer ser humano (um destes defeitos era o de constantemente abandonar trabalhos pela metade), mas que teve a única atitude sem a qual ele não teria sido quem foi: Leonardo fez a escolha – decisiva e intransferível – por uma *vida intelectual*.

É importante acentuar esta decisão, porque gênios não são heróis de epopeias. Em algum grau, todos fizeram uma *opção*. Tiveram uma educação que deve ser escavada, uma biografia que precisa ser compreendida, sobretudo nos instantes cruciais em que a sede de conhecimento os embriagou sem bilhete de volta. Por qualquer ângulo que se olhe, é absolutamente ultrapassada a ideia de que trajetórias de grandes mentes possam se resumir à herança genética. Armar-se desse entendimento talvez seja o primeiro passo para construir uma ponte real entre o homem cotidiano e o gênio luminoso, entre o estudante mais acanhado e os mestres mais sublimes. Ao invés de cortejar o “amuleto” como um mito intimidador, é necessário que o homem comum enxergue nestes luminares um parâmetro cognitivo concreto, acessível, um direcionamento real às práticas objetivas de formação da inteligência¹. Mas em grande medida, a midiática corrente dispensada aos ícones de nossa cultura funciona muito menos como divulgação introdutória do que como uma forma de entretenimento anestésico, um substituto pálido do contato visceral com a obra. E enquanto mantivermos essa distância “confortável” da grandeza, estaremos relegando cruciais habilidades intelectivas da espécie humana à masmorra da autossabotagem, e anuindo a uma educação que se empenha em produzir cérebros medianos, absolutamente iludidos sobre seus reais potenciais.

A vida intelectual é uma decisão: uma chave girada conscientemente, rumo

¹ Sobre métodos de aprimoramento cognitivo, vale conferir a exemplar a obra do educador Reuven Feuerstein, aluno de Piaget.

ao interesse do espírito pelas culminâncias e pela amplitude. A este giro decisivo, Platão chamou de “*periagoge*”: um instante categórico de transformação, em que o talento natural não é nem suficiente, nem aspecto central. A existência, uma vez redirecionada na clave do aprendizado contínuo, adquire a configuração mental necessária para, por exemplo, suplantar sistemas educacionais pré-fabricados, sem transferir a responsabilidade de sua formação para eventuais “cúpulas” de eleitos.

O fato é que nenhuma infraestrutura, nenhum diploma ou montante de cifras pode compensar a ausência de indivíduos que respirem, por uma motivação intrínseca, a filosofia, a ciência e a erudição. Estes indivíduos tanto mais se sobressaem quando se articulam em grupos, imbuídos de um estado de espírito receptivo à complexidade, consciente das tensões e complicações do mundo, e despidos da intenção prévia de encaixar à força a realidade em leito de Procusto.

Foi desse espírito que surgiu o Ensino Superior, e não o contrário. Inverter essa equação poderia ser desastroso à cultura de um país, pois permite que se misture o status acadêmico com a verdadeira *periagoge* da alma. Ambos podem coincidir, mas não se confundir. Foi do desejo sincero pela verdade que fluíram as primeiras culturas de cultivo ao intelecto, que vieram a desaguar nas universidades, sem as quais a escalada das civilizações, de cujas benesses somos hoje herdeiros, teria sido impossível. Este desejo de conhecer, embora possa ser estimulado externamente, não se sustenta fora da decisão individual. O mais que contribuir para tal decisão será importante acréscimo, e talvez fundamental acréscimo – porém, não mais que acréscimo. Esta conjuntura sempre esteve escancarada nos grandes pináculos de inteligência ao longo da história, como na Atenas de Platão, na Alexandria de Ptolomeu, no Renascimento Carolíngio, na Florença do século XV, na revolução galileo-newtoneana, no Sturm und Drang alemão do século XVIII, na Viena do início do século XX, ou nas escolas monásticas que deram origem às primeiras universidades (o rol é meramente indicativo, não exaustivo).

Marcos gloriosos do gênio humano, como os citados, caracterizaram-se, essencialmente, não pelo patrocínio externo (que por ventura se verificou em maior ou menor grau), mas, em primeiro plano, por indivíduos que deliberaram de modo enérgico por uma vida de estudos, seja na atualização tecnológica ou artística, seja na revisão do conhecimento histórico acumulado, sem prazo de encerramento, e que transcendesse os fenômenos do carreirismo acadêmico, do tecnicismo burocrata, ou da propaganda política. Assim, embora Ptolomeu Sóter não tenha poupado fortunas na construção da magnífica Biblioteca de Alexandria, só o fez porque já havia grandes mestres autônomos a quem pudesse abrigar nela, e porque foi convencido, segundo nos conta Plutarco, por Demétrio de Falero, discípulo de Aristóteles e de Teofrasto. A verdadeira curiosidade pelas ciências, quando antecede o desejo de financiá-las, sobrevive a qualquer pindaíba.

O erudito, o cientista, o artista e o filósofo, nestes períodos de culminância, representaram um tipo de existência consagrada ao conhecimento e à busca do primor

intelectual, tendo as mais célebres e inovadoras obras acessíveis em seu horizonte e tomadas como parâmetro inegociável. Não apenas “*estavam sobre os ombros de gigantes*”, conforme Newton, mas desejavam atingir o mesmo tamanho, absorvendo e fundindo as virtudes de outros gênios na caldeira da própria personalidade.

Qualquer estudo que partisse de critérios semelhantes tornaria prioridade a investigação dos problemas mais relevantes (e não dos mais confortáveis), caso contrário, teria de lidar com a consciência acusando-o de subestimar o próprio potencial. Em culturas desse teor, o diálogo vívido com seus pares garante uma retroalimentação contínua da instrução, do desafio, produzindo uma atmosfera de intenso exercício cognitivo – fenômeno similar àquilo que, no mundo administrativo, conhece-se como “brainstorming”. O isolamento não é uma opção, sobretudo no mundo contemporâneo².

O motor elementar de um ambiente cultural qualificado está no desejo profundo de qualificar a si mesmo, e não raro, é proporcional à quantidade e qualidade dos livros que se lê. Quanto melhor o leitor, menos demagoga é a opinião pública, e mais vigorosa é a cultura. Estamos falando em números que girariam em torno de 50 livros seletos por ano, no mínimo; em grupos de estudos quinzenais com a finalidade de discutir a evolução dos métodos; na prática de raciocínio lógico-dialético; nas disputas argumentativas sem pretensão retórica; na integração entre humanas e exatas; nos estudos de poliglossia, de idiomas clássicos para acesso a documentos originais, entre outras estratégias. Cargos, posições e louros são, em essência, irrelevantes para os fins primordiais. Com a devida orientação, amplia-se a probabilidade de que apenas a presença do intelectual funcione como ímã e caixa de ressonância a estudantes dedicados. Por outro lado, se continuarmos desprezando intimamente os caminhos (no plural) que levam aos píncaros da formação cognitiva, por preconceito ou descrença, não haverá matéria-prima suficiente para revigorar a cultura brasileira. A atmosfera de pensamento e o imaginário predominante de uma cidade dependem, em grande medida, do nível de complexidade, profundidade, atividade, abertura e autoconsciência de seus intelectuais. Mais do que uma questão de verba, é uma questão de escolha, e um propósito de vida. Como vaticinou o historiador português José Hermano Saraiva: “*o que falta não é a verba; é o verbo.*”

² Domenico de Masi descreve diversas características de importantes círculos intelectuais ao longo da história em seu livro *Criatividade e Grupos Criativos*.

Victor Melo Matos

Especialista em Ciência da Educação pela ULHT - Lisboa e formado em Letras/Português pela UESPI. Estudou Teorias da Aprendizagem na PUC-RJ, e atualmente ministra o curso “Como Estudar & Como Aprender”, e palestras sobre formação da Inteligência e da Erudição em instituições de ensino.